





Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 3 • set-dez. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536





A JUVENTUDE RURAL DO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS NO ESTADO DO MARANHÃO: OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E AS MUDANÇAS SOCIAIS

**THE RURAL YOUTH OF THE CAMPOS E LAGOS TERRITORY
IN THE STATE OF MARANHÃO: MIGRATION PROCESSES
AND SOCIAL CHANGES**

Itaan Pastor Santos  

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, MA, Brasil

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O território Campos e Lagos abriga dois sistemas lacustres permanentes com campos inundáveis e lagos temporários. Essas características comuns definem os moradores como “baixadeiros”. Alguns grupos sociais, como a juventude rural, sofrem intensamente os impactos ambientais e a falta de políticas que acometem o território. O objetivo deste trabalho foi analisar a situação da juventude no contexto socioespacial, considerando os vínculos rurais e a transição campo-cidade. A pesquisa foi descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e parte empírica baseada em entrevistas semiestruturadas. Foram investigados 84 jovens de vinte comunidades, e representantes de organizações locais. Os jovens menores ficam nas comunidades até completar dezoito anos. Os maiores seguem para a capital ou para um município maior para fazer faculdade; ou vão para outro estado trabalhar no agronegócio. Quem segue esse caminho repete o hábito de uma migração pendular; alguns seguem para as áreas urbanas. A saída é quase obrigatória por falta de alternativas de trabalho e renda, e a aceitação por parte da família é natural.

Palavras-chave: juventude rural; território Campos e Lagos; migração; formação profissional.

ABSTRACT

The Campos e Lagos territory contains two permanent lake systems with floodable fields and temporary lakes. These common characteristics define residents as “lowlanders”. Some social groups, such as rural youth, suffer intensely from environmental impacts and the lack of policies that affect the territory. The objective of this work was to analyze the situation of youth in the socio-spatial context, considering rural links and the country-city transition. The research was descriptive and exploratory, with a qualitative approach and an empirical part based on semi-structured interviews. 84 young people from 20 communities and representatives of local organizations were investigated. Young people stay in the communities until they turn 18. The older ones go to the capital or a larger city to attend college; or they go to another state to work in agribusiness. Whoever follows this path repeats the habit of a pendulum migration; some head to urban areas. Leaving is almost mandatory due to the lack of alternative work and income, and acceptance by the family is natural.

Keywords: rural youth; Campos e Lagos territory; migration; professional qualification.

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo permeia o estudo da juventude do Território Campos e Lagos, na Baixada Ocidental Maranhense, no contexto das condições socioambientais e econômicas pelas quais esse território tem passado nos últimos dez anos. As mudanças que aconteceram não representaram vantagens acumulativas para o conjunto da população, muito pelo contrário, criaram mais dificuldades, em especial, para as populações tradicionais que tiveram contra si as pressões sociais, institucionais, ambientais, políticas e culturais.

Nos últimos dez anos, esse território sentiu fortemente os impactos causados pela falta de políticas públicas de preservação e conservação de grande parte dessa área, que é uma unidade de conservação desde 1991¹, e um sítio Ramsar² desde 2000. Instalados no território desde o final da década de 1950, os búfalos são criados extensivamente, e, mesmo que os produtores sejam obrigados por legislação a manter os animais em suas propriedades, o modelo de criação semiextensivo passou a ser praticado não apenas nos espaços das fazendas, mas também nos próprios campos naturais.

Sem qualquer grande projeto territorial que tenha gerado emprego e renda, apenas projetos e ações municipais desenvolvidos pelas prefeituras com perspectivas locais, os Campos e Lagos³ possuem dois municípios (Cajari e Pedro do Rosário) entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Maranhão. Essa pouca presença do Estado impacta mais profundamente as áreas rurais uma vez que os poucos projetos municipais são prioritariamente voltados para as áreas urbanas.

A dinâmica social imposta com base nessa forma de atuação do Estado acaba por criar um vácuo importante entre os processos mais gerais e as mudanças locais. Nesse espaço intermediário, a juventude busca encontrar seus caminhos num permanente processo de migração em que as dúvidas parecem ser maiores do que as certezas. Qual o caminho mais propício para

¹ Esse território está incluído dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Ocidental Maranhense, estabelecida por meio do Decreto Estadual n.º 11.900, de 11 de fevereiro de 1991 (Maranhão, 1991).

² A Convenção de Ramsar (Brasil, 1996) é um tratado internacional assinado pelo Brasil, cujo objetivo é promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas.

³ Os municípios que compõem o Território Campos e Lagos são os seguintes: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São João Batista, São Bento, São Vicente de Férrer, Viana e Vitória do Mearim. O termo “território” foi aqui reproduzido no sentido de porção do espaço geográfico maranhense com características naturais, sociais e econômicas particularizadas.

melhorar as condições de vida dos jovens rurais é a pergunta a que esta pesquisa procurou responder. O trabalho, portanto, relaciona as condições de adaptação da juventude às mudanças sociais ocorridas nesse território, compreendendo a mudança social no território Campos e Lagos como um processo que ocorre, naturalmente, em todas as sociedades e que depende das condições objetivas inerentes (Fernandes, 1979).

A pesquisa utilizada foi do tipo descritiva e exploratória, com uma abordagem qualitativa e com uma investigação empírica baseada em entrevistas semiestruturadas. Considerando o número de doze municípios e a grande quantidade de comunidades rurais existentes em cada um deles, a definição das comunidades rurais e dos jovens entrevistados aconteceu de forma não probabilística baseada nos conhecimentos do pesquisador em relação ao território, aos municípios, às instituições que trabalham com juventude. Assim, o número de 84 jovens de vinte comunidades rurais foi definido por saturação empírica, em função de as situações chegarem a um ponto de repetição sem nenhum aprofundamento.

Foram entrevistados representantes dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais de Arari, Vitória do Mearim, Viana, Penalva, Pedro do Rosário e São Bento; representantes de fóruns de juventude de Viana, Matinha, São João Batista e São Vicente de Férrer; técnicos das secretarias municipais de agricultura de Arari, Vitória do Mearim, Viana, Penalva, Pedro do Rosário e São Bento; das secretarias de meio ambiente de Arari, Vitória do Mearim e São Bento; das secretarias de juventude de Vitória do Mearim, Viana, Matinha, São João Batista e São Bento, além de representantes da Agência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa (AGERP) e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED).

Com os jovens das comunidades, rurais utilizamos, também, a técnica dos grupos focais, considerando a importância que tem a percepção coletiva. Com doze dos agricultores mais antigos dos municípios de Viana, Penalva, Pedro do Rosário, São Bento e Vitória do Mearim, foram usadas entrevistas não estruturadas para recompor elementos da história do território. Com o fórum territorial e os fóruns municipais de juventude de Matinha, São João Batista e São Vicente de Férrer exercitou-se a observação participante para entender como os jovens desses grupos se organizam e desenvolvem atividades que envolvem tanto os moradores das sedes quanto das comunidades rurais do território.

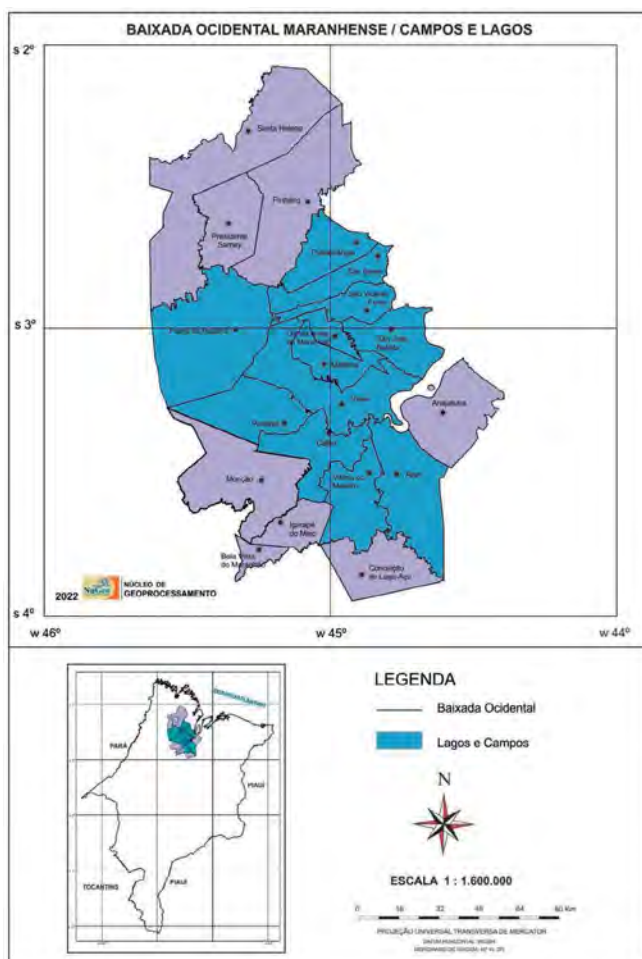
O artigo se distribui em três partes, além de uma introdução e uma conclusão. Na primeira, expusemos as características ambientais do

território, como forma de permitir uma melhor compreensão de algumas particularidades locais; na segunda, apresentamos os sujeitos centrais da pesquisa, ou seja, a juventude rural; na terceira, demonstramos quais os caminhos percorridos por essa juventude entre os espaços rurais, os espaços urbanos e o processo de migração para fora do território em referência.

2 CARACTERÍSTICAS ECOSISTÊMICAS E TENSÕES TERRITORIAIS NOS CAMPOS E LAGOS

O território Campos e Lagos está localizado na Baixada Ocidental Maranhense, porção noroeste do estado (Figura 1).

Figura 1 – Baixada Ocidental Maranhense e Território Campos e Lagos



Fonte: Elaborado no NUGEO-UEMA, 2022.

Do ponto de vista ecossistêmico, essa área delimita a condição identitária mais típica do estado. Os quase 18.000 km² que compõem uma planície inundada em grande parte do ano pela bacia dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Pericumã originam uma grande quantidade de lagos que se interligam formando um ambiente de alta complexidade ecológica no que se refere à sua estrutura e seu funcionamento (Costa Neto *et al.*, 2002).

A Baixada Maranhense possui quatro sistemas lacustres, sendo dois deles na área do território Campos e Lagos, casos do sistema Cajari – Penalva – Viana e do sistema de São Bento. Costa Neto *et al.* (2002) afirmam que esses sistemas lacustres são constituídos por lagos temporários que ocupam toda a área dos campos inundáveis no período das chuvas, lagos marginais e sistemas lacustres permanentes. Todas as cidades foram implantadas nas áreas altas e são circundadas por uma vegetação diversificada, que incluem manguezais, matas de galeria, babaçuais e resquícios de floresta amazônica.

O morador desse território se autodenomina baixadeiro, caracterizando uma identidade obtida das condições socioambientais que são, também, simbólicas, como bem caracteriza Haesbaert (2002). Para esse autor, “assim como ninguém pode estar completamente excluído da sociedade, mas precariamente incluído, ninguém pode estar completamente destituído de território, mas precariamente territorializado” (Haesbaert, 2014, p. 206).

Assim, para além do poder do Estado, espacializado em macroterritórios, o próprio baixadeiro, por meio de sua identidade socioespacial, identifica-se territorialmente com esse espaço de sua existência imediata, definindo, em consequência, um recorte territorial para si pautado em seu pertencimento. Essa relação se converte em uma fonte de poder e de reconhecimento territorial, mesmo que precário, dadas as condições de reprodução social ali existentes. É nesse sentido que a noção de território se apresenta multidimensional - política, econômica e simbólico-cultural - sendo, em razão disso, multipolar, de conexões diversas, descentrada e difusa, fato que a diferencia de um espaço autônomo visto estar submetida a controles múltiplos (Haesbaert, 2002, 2004).

Viveiros (1975) considera que esse território era um celeiro para o estado, capaz de abastecer São Luís com os mais diversos produtos, condição que se deu em função da grande quantidade de negros escravos que trabalhavam nas fazendas locais. Tribuzi (1981) lembra que, após o encerramento do ciclo da escravidão, a produção foi reduzida a ponto de as cidades não mais se manterem sustentáveis.

No passado, as condições ambientais da Baixada Maranhense permitiam que uma grande quantidade de peixes fosse obtida dos campos naturais no período das chuvas, assim como dos rios e lagos, e comercializados nas feiras dos municípios e em São Luís. No fim da década de 1950 e início da década de 1960, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com apoio do Governo do Maranhão, introduziu o búfalo na Baixada, vindo do Pará. Para os técnicos da delegacia regional do MAPA, as condições ambientais da Baixada eram muito semelhantes às do arquipélago do Marajó, de modo que o búfalo poderia ser uma boa alternativa econômica para esse território (Muniz, 2007).

A proposta estabelecida para a introdução de búfalos teve como referência o aproveitamento da pastagem existente nos campos naturais, para que as características do ecossistema pudessem ser aproveitadas, e os animais contribuíssem para a transformação econômica local. A facilidade de adaptação ao ambiente permitiu que houvesse um rápido crescimento vegetativo desses animais, mas o frágil ecossistema, que já recebia, desde a intensificação da ocupação humana, uma forte pressão em decorrência das atividades agrícolas, acabou por sofrer fortes impactos.

Isso ocorreu de tal forma que a capacidade de suporte dos campos foi claramente ultrapassada. A convivência equilibrada entre búfalos e agricultura familiar foi sendo paulatinamente desestruturada, assim como a relação desses animais com as espécies aquáticas nativas, fato que gerou um conflito entre os criadores desses animais e os agricultores familiares e pescadores artesanais, estabelecendo tensões em relação à apropriação territorial. O conflito se acirrou ao ponto de dividir os governos municipais e a assembleia estadual constituinte decidir pela retirada desses animais dos campos naturais da Baixada.

Como as condições ambientais, com inundações periódicas, não favorecem a implantação de grandes projetos agropecuários ou industriais por causa dos altos custos de produção, a dinâmica econômica do território se manteve na dependência da pesca artesanal praticada nos lagos e campos inundáveis, e da agricultura familiar praticada nas terras mais altas. Os búfalos se desenvolveram entre esses dois ambientes, gerando impactos não apenas sobre essas atividades, mas também sobre o próprio meio ambiente. E, quando os criadores foram pressionados para retirar os animais dos campos naturais, a pressão sobre as terras das comunidades, muitas delas ainda sob regime de posse, redefiniu a estrutura fundiária do território, reduzindo possibilidades do uso do solo por parte dos agricultores familiares.

É dentro desse contexto que os jovens da comunidade local iniciam a segunda década deste século. Sob a égide de fortes problemas ambientais e fundiários que assolavam todos os espaços, a juventude rural teve que optar por lutar pela manutenção das terras das suas comunidades trabalhando na agricultura ou na pesca artesanal, seguir caminhos diversos que lhes garantissem uma reforma do modelo historicamente implantado no território, ou ainda tentar a sorte longe desse emaranhado de confusas possibilidades.

3 A JUVENTUDE DO ESPAÇO RURAL

Até o século XX, o espaço rural era relacionado como sendo um local onde se desenvolvia a agricultura e todas as outras atividades primárias⁴, sendo caracterizado por privações e escassez de recursos (Cella; Queda; Ferrante, 2019). Nos dias atuais, muito se tem avançado quanto a essa caracterização. Se entendermos o rural e o urbano como conteúdos sociais dos espaços (Lefebvre, 2008), percebemos tanto a presença de um ou de outro desses conteúdos no que se convencionou chamar de campo e de cidade. Essa relação não mecânica, que não iguala rural a campo e urbano a cidade, também se faz presente em Santos (1993), quando fala da vida agrária mais presente nas cidades do passado e da vida urbana adentrando cada vez mais no campo nos dias de hoje.

No Maranhão, os espaços rurais eram caracterizados por comunidades rurais e, mais tarde, também, por assentamentos de reforma agrária. Segundo a definição oficial, eram rurais todas as áreas que não faziam parte das sedes dos municípios. Sem quaisquer empreendimentos industriais nas sedes, praticamente, a única vantagem de deixar o rural e ir morar no urbano era a possibilidade de seguir os estudos, condição praticamente inexistente no campo.

De qualquer forma, a discussão da dicotomia campo e cidade não pode estabelecê-los, pura e simplesmente, como contrários, mesmo porque, em espaços menos industrializados, as características da sede municipal ou sede distrital são muito semelhantes às comunidades rurais. Poderíamos, em razão disso, inferir conceitos estruturais de densidade e tamanho da população para diferenciá-los, como aponta Kageyama (2008), mas que, por si sós, também não bastam.

⁴ Podem-se incluir o artesanato e o extrativismo mineral, vegetal e animal, incluindo a pesca artesanal.

O modelo de organização do espaço rural maranhense baseado em comunidades sempre teve como referência agrovilas onde as famílias estabelecem suas residências, de forma que o conceito de densidade populacional perde o sentido. Mas essa organização reforça os laços de parentesco e amizade que, no urbano, são cada vez mais fluidos.

No entanto o campo vem se aproximando das cidades, tanto no sentido físico quanto no processo de reformulação dos valores e costumes que vêm sendo interpenetrados pelos valores e costumes externos (Medeiros, 2017). Nos Campos e Lagos, onde o território é composto por cidades pequenas, as características do campo e da cidade são relativamente semelhantes, à exceção das áreas centrais das cidades, cujas características arquitetônicas, com a construção das residências, comércios e espaços sociais de convivência em muito diferem das características estabelecidas nas comunidades rurais.

Há que se considerar que o espaço rural do território aqui considerado não é igual em todos os municípios e nem no mesmo município, assim como tende a mudar ao longo do ano. As águas da bacia dos rios Pindaré, Mearim e Maracaçumé que avançam pela planície e que provocam cheias periódicas nos períodos de maior quantidade de chuvas acabam por isolar comunidades rurais em todos os municípios.

A juventude fica afeita às condições ambientais que definem as condições sociais. Os municípios têm histórias semelhantes, mesmo que os seus tempos e espaços difiram. São essas dinâmicas que tornam as juventudes diferentes, ainda que haja muitas semelhanças entre si, tanto em relação aos jovens do campo quanto aos que vivem nas cidades.

Essa juventude está caracterizada pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 1990) como possuindo idade de 15 a 29 anos. Essa é a faixa etária que vem sendo adotada no Maranhão pela Secretaria de Estado da Juventude e pelos movimentos sociais que têm a juventude como seu público de referência. De acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010), a população juvenil nos Campos e Lagos representa, aproximadamente, 30% do total dos moradores e ainda estava, principalmente, nas zonas rurais.

Acompanhando os dados oficiais, consideraremos aqui a população urbana como a que mora na cidade e a população rural a que mora no campo, mas é preciso reafirmar a advertência de que a ideia de urbano não se circunscreve à delimitação do que, oficialmente, se chama de perímetro urbano, uma vez que a difusão da sociedade urbana (Lefebvre, 1999), por meio de seus valores e comportamentos, acontece além dos limites físicos dos espaços. Assim, pelos critérios oficiais, apenas em três municípios (Arari, São Bento e Viana), a população urbana é maior do que a rural. Entre

os quatro municípios de maior população, a juventude urbana predomina em três, condição explicada em função de esses municípios apresentarem opções melhores de empregabilidade e de educação nas cidades.

Em Arari, a Prefeitura Municipal criou o Centro de Capacitação de Ensino Superior, onde há espaço para todas as instituições de ensino superior do Maranhão promoverem cursos tanto presenciais quanto a distância. Em Viana, há um polo de ensino a distância da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e um campus do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), e, em São Bento, há um campus da UEMA. Não por acaso, o município de Vitória do Mearim, mesmo tendo a terceira maior população do território, tem menor número de jovens na área urbana que Arari. No restante do território, apenas no município de São Vicente de Férrer, há um Instituto de Educação do Maranhão (IEMA).

Parece haver uma relação direta entre a oportunidade de alcançar o ensino superior e a quantidade de jovens migrando para as cidades. Nas áreas rurais, os jovens têm menos oportunidade de continuar os estudos. Não há transporte escolar para levar os alunos moradores dessa zona até a faculdade, o que exige uma moradia nas zonas urbanas, mesmo que seja compartilhada e temporária.

Os jovens que permanecem no campo são aqueles que desistiram de estudar ainda no ensino fundamental ou ao final do ensino médio. Em condições normais, esses jovens não são estimulados a continuar estudando, pois a mudança para a sede do município ou para outras sedes municipais, ou ainda para a capital, inclui um custo que as famílias, raramente, possuem. Mesmo que as famílias entendam que a continuidade do estudo é extremamente importante, a formação superior ainda é uma condição muito distante para a maioria.

A impossibilidade dos estudos obriga os jovens a trabalharem. Podemos dividir esses jovens em dois grupos. O primeiro, mais jovem, normalmente é solteiro; o segundo, mais maduro, é aquele que já casou, ou já possui filhos. O primeiro grupo está ainda na dependência financeira dos pais, e suas atividades estão relacionadas ao apoio das atividades desenvolvidas pela família. Mesmo que não concorde com as atividades agrícolas ou de pesca que considera muito penosas, a falta de opções acaba favorecendo que se envolva com as atividades desenvolvidas pela família, mas tem uma forte tendência de participar de atividades culturais, esportivas e sociais, sendo objeto de transformação da sua própria realidade e da realidade das suas comunidades.

Na visão de Morin (2006), a posição de um único indivíduo é capaz de promover transformações a partir da formatação de novidades. Tais novidades, se aceitas por um grupo maior, rompem com as características tradicionais, dão novos rumos à vida das pessoas e criam dinâmicas diferentes nos grupos sociais, chegando a redimensionar a vida da comunidade. Tem-se notícia de exemplos importantes surgidos no território.

O mais comum é a participação desses jovens na Pastoral da Juventude. De acordo com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Juventude é ação evangelizadora da igreja entre os jovens (CNBB, 2022). Por meio dela, os próprios jovens tornam-se protagonistas de sua evangelização, assumindo-se evangelizadores de outros jovens. Atuando na comunidade, têm-se os grupos de base, e são nesses grupos que os jovens se inserem. Por conta da participação local, o jovem viaja para reuniões nas sedes dos municípios e, além de uma formação religiosa com perspectiva cristã, consegue, em complemento, uma formação política importante para o seu desenvolvimento como cidadão, conseguindo, assim, fazer a diferença na comunidade e no meio de outros jovens.

Mais do qualquer outro movimento, a Pastoral da Juventude foi quem mais contribuiu para a inserção de jovens no movimento dos fóruns municipais de juventude que surgiu no território na primeira metade da década de 2000. Naquele período, foram criados fóruns em Arari, Viana, Penalva, Matinha, São João Batista, São Vicente de Férrer, Palmeirândia e São Bento. De acordo com Santos e Gonçalves (2018), as ações desses fóruns variavam entre os municípios, indo desde atividades lúdicas e esportivas para crianças até projetos de comunicação e tecnologia da informação, artes cênicas, música e dança aos jovens.

Esses fóruns foram incentivados pelo Instituto Formação, uma organização não governamental que atuava naquele território e que teve, nos grupos formados inicialmente, jovens tanto das zonas urbanas quanto rurais. Os espaços de reunião ficavam nas sedes, e os jovens rurais tinham que se deslocar, mas os trabalhos propostos eram estimulantes, e a formação, sempre tendo como referência atividades culturais e esportivas, foi fundamental para os participantes oriundos das comunidades rurais permanecerem indefinidamente, alguns até ultrapassando a idade da juventude.

Ao participar dos fóruns municipais, esses jovens criaram um fórum territorial com objetivo de potencializar a mobilização e a articulação da juventude de todo o território e alguns outros municípios do território Baixada Ocidental Maranhense. Ao longo desse tempo, as lutas se

direcionaram para a busca de políticas públicas para o segmento juvenil e para o desenvolvimento territorial com perspectiva sustentável (Santos; Gonçalves, 2018).

Os jovens que participam desses fóruns, mantendo-se nas suas comunidades, fazem diferença não só nas suas próprias vidas, mas na vida dos outros jovens que decidiram não sair da área rural. Nessa perspectiva, o debate da sucessão rural é relativizado por causa dos 30% dos jovens que continuam reproduzindo as atividades históricas da agricultura familiar, apesar da quase absoluta ausência de políticas públicas voltadas para esse público e de um silêncio sepulcral do Estado para a juventude moradora das comunidades rurais em todos os municípios dos Campos e Lagos.

4 OS CAMINHOS DA JUVENTUDE DENTRO E FORA DO TERRITÓRIO DOS CAMPOS E LAGOS

Mesmo considerando que parte dos jovens não saiam das comunidades rurais onde vivem, não é possível precisar que esse grupo seja maioria. Com a falta de opções de trabalho para além das atividades agropecuárias tradicionais e a falta de oportunidade para continuar os estudos além do ensino médio, uma boa parte dos jovens deslocam-se das suas comunidades circulando pelo território entre as sedes dos seus respectivos municípios e outros espaços, e para fora do território em várias direções.

A migração é algo que chama atenção ao se falar da juventude rural. O tema é tratado pelo viés da saída definitiva do espaço rural ou servindo de meio para que o jovem possa permanecer nas suas comunidades. No primeiro caso, a situação envolve tanto a saída para trabalhar como para estudar; e, no segundo, a questão se relaciona com o trabalho. Durante o desenrolar da pesquisa, em uma reunião com o Fórum de São João Batista, um jovem oriundo de uma comunidade rural apontou o seguinte:

Queremos o ensino técnico (caso do Instituto Federal) e a universidade aqui, pois, quando o jovem sai da sua comunidade, ele não retorna mais, e perdemos o vínculo com nossas famílias e nossas comunidades (jovem participante do Fórum Municipal de São João Batista, de 21 anos, em 05 de dezembro de 2021).

Mesmo que, no território Campos e Lagos, a quantidade de jovens que permanece nas comunidades seja em torno de 30% da população (IBGE, 2010), isso não significa que haja um processo migratório menor que em outros territórios ou, ainda, que seja diferente de outras regiões do país.

Isso porque, nesse território, é preciso dividir essa faixa etária em dois grupos para que se consiga ter maior precisão nas análises.

O primeiro grupo é aquele que ainda não atingiu a maioridade, entre 14 e 17 anos, e que tem uma perspectiva de sair do campo para trabalhar ou estudar fora. Quando a situação fundiária é melhor e a família ou a comunidade não passa por pressões dos “donos de terra”, tendo maior liberdade para produzir na agricultura ou desenvolver alguma outra atividade, e as condições socioeconômicas são melhores, os jovens têm o estímulo da família para “se formar”; expressão essa que pode significar tanto a conclusão de um curso técnico de nível médio quanto de um curso superior.

Em parte, os jovens na faixa etária de 14 a 17 anos têm maior dificuldade para deixar suas comunidades em função da preocupação da família. Ainda, apesar do desejo, há a necessidade de completar 18 anos para sair. O contato com as famílias no território Campos e Lagos permitiu constatar que as mulheres têm mais facilidade de migrar para a sede do município e continuar os estudos no nível médio, condição praticamente impossível se a comunidade é distante da sede, ou se as condições de mobilidade não forem adequadas.

Dessa forma, a maior tendência desse grupo é seguir para a sede do município ou para outras sedes municipais onde as famílias possuem parentes ou amigos que abrem suas casas para receber os jovens. Nessas condições, as famílias moradoras das sedes municipais que recebem esses jovens se tornam uma sequência (ou consequência) das famílias, como indica Tönnies (1947), que considerava a comunidade baseada fundamentalmente nas relações de consaguinidade, aproximação espacial e espiritual. Na sede, estão familiares ou parentes e muitos amigos das comunidades, ou que já participaram de atividades da igreja. Esses jovens ganham autonomia pelo fato de saírem da proximidade da família.

Nas menores cidades do território Campos e Lagos, as sedes municipais são praticamente integradas às comunidades rurais, não havendo, assim, muita dificuldade para que os jovens estejam nesses centros urbanos e mesmo sigam para as sedes de outros municípios. A existência de faculdades com cursos de tecnólogos, licenciaturas ou bacharelados abre possibilidades de alcançar o ensino superior. Estudar nas escolas de nível médio ou superior nas sedes permite que, nos fins de semana, os jovens possam retornar às comunidades, quando as famílias possuem recursos para esse deslocamento. Ademais, mesmo quando as condições financeiras não ajudam, sempre há possibilidades de um transporte gratuito.

Em todos os municípios, a dinâmica das cidades é baseada em comércios e serviços, pois não há parques industriais, e o setor primário, incluindo a agropecuária e o extrativismo, não atende à demanda por trabalho dos jovens. Podemos considerar esses municípios como “cidades locais”, conforme sugere Santos (2004), pelo fato de exercerem uma centralidade urbana de pouco alcance espacial e pela proximidade de relações e interações com as localidades do entorno. Nelas, quando as condições financeiras da família não permitem que o jovem consiga se manter, é preciso que vá encontrar algum tipo de trabalho. A possibilidade de ocupação implica, muitas vezes, receber apenas uma parte de um salário mínimo, mesmo fazendo o trabalho integral.

As entrevistas com gerentes ou proprietários de pequenos comércios, postos de gasolina e estruturas de serviço nos municípios São Bento, Viana e Arari apontaram as dificuldades desses empreendimentos de pagar o salário mínimo aos empregados, mantendo um modelo de pagamento de pessoal baseado em percentual sobre as vendas e/ou serviços. Na prática, isso aponta uma grande dificuldade para um empregado desse setor de conseguir obter um salário mínimo mensal, podendo o trabalhador tanto alcançar um valor maior nos períodos em que as festas municipais criam fortes dinâmicas.

Eu moro em um quarto, sozinho, pois o que recebo no comércio onde trabalho não permite que more em algum lugar melhor. Como tenho que trabalhar o dia todo, não deu ainda para fazer uma faculdade. Só no mês de junho e no final do ano, dá pra tirar mais de um salário mínimo. Estou pensando em ir para São Luís, pois acho que lá é melhor (jovem oriundo da área rural de São Vicente de Férrer e que trabalha em um comércio de São Bento, de 23 anos, em 19 de março de 2022).

Se esses jovens conseguem concluir o ensino médio e decidem fazer uma faculdade, seguem para São Luís ou para alguma cidade onde haja o curso escolhido. Pode ser via vestibular ou mediante uma instituição particular que participe dos programas FIES⁵ ou PROUNI⁶.

⁵ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade (Brasil, s. d.).

⁶ O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributo (Brasil, 2023).

Decidi por morar em São Luís. Era a única forma de poder fazer o curso de direito que eu queria fazer. A experiência do trabalho com a Pastoral da Juventude e com o Fórum da Juventude me deu essa coragem toda. Não tem sido fácil. Já tive que entregar panfletos em semáforos, entre outras atividades que me permitam conseguir algum dinheiro. Em vários momentos, já cheguei em casa e não havia comida. Mas vou me formar porque é o que eu quero e sonho (jovem de Viana, diretora do Fórum de Juventude Territorial, de 21 anos, em 24 de abril de 2022).

Se conseguirem entrar em uma universidade, suas condições mudam completamente, tornando-se bastante diferentes de todos os outros grupos. Nas entrevistas com jovens que estavam cursando alguma faculdade em São Luís, identificou-se:

Mesmo sabendo que poderia nunca mais voltar para junto da minha família e da minha comunidade, também sabia que fazer uma faculdade era a forma que tinha para melhorar minha vida. Me obriguei a vir para São Luís e estudar jornalismo, atividade que eu já fazia, mas que precisava de conhecimento técnico aprofundado. O jovem que quer melhorar de vida tem que fazer uma faculdade (jovem de São João Batista, estudante de jornalismo em uma faculdade particular em São Luís por meio do PROUNI, de 25 anos, em 25 de abril de 2022).

Alguns jovens desse território conseguem chegar à universidade pública. No Maranhão, as opções são a UEMA, com campi em 19 municípios; a Universidade Estadual do Sul do Maranhão (UEMASUL), com campi em três municípios; a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com oito campi; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), que possui cursos superiores nas áreas de ciências agrárias e ciências biológicas nos campi de São Luís.

Minha vida mudou completamente. Sofri muito quando fui para São Luís. Houve momentos em que eu não tinha nenhum dinheiro... nem pra comer. Ainda bem que tinha o restaurante universitário. Mas já estou formando e agora já estou trabalhando dando plantão em uma clínica. Mesmo não ganhando muito, já dá pra mandar dinheiro pra minha mãe. Se eu tivesse ficado em Matinha, não sei o que estaria fazendo, mas, com certeza, hoje minha vida está muito melhor. E meus amigos também. Tenho colegas de Matinha e de outros municípios fazendo Veterinária, Agronomia, Engenharia de Pesca e Zootecnia. E todos estão em condições bem melhores do que se tivessem ficado nos seus municípios (jovem de Matinha, estudante de Medicina Veterinária da UEMA, de 20 anos, em 30 de abril de 2022).

A entrada de um filho na universidade é uma das opções de reprodução social que possuem algumas famílias que acreditam na educação como estratégia de investimento em longo prazo. Para cumprir os sonhos das famílias e seguir buscando o *status* de universitários e “doutores”, os jovens ingressam em cursos que não lhes dão os melhores resultados, mas que são opções possíveis.

Decidi fazer serviço social em uma faculdade que nem conhecia, mas que me permitia conseguir pagar, pois os custos eram menores. Foi a alternativa que tive, pois meus pontos não deram para entrar pelo Prouni. Era a forma de mostrar para a família que eu estava na faculdade. Não sei se vou conseguir ter os mesmos resultados se estivesse na universidade pública, mas é o que deu parar fazer (jovem de Viana, de 22 anos, em 24 de fevereiro de 2022).

Os cursos que estão relacionados às áreas das ciências agrárias e das ciências biológicas diminuem o distanciamento entre a atividade dos pais e a profissão que o filho passará a ter ao final da graduação. Jovens oriundos do território em tela que fizeram algum curso de graduação dessas áreas são mais propensos a retornar aos seus municípios, como informaram alguns jovens que fazem parte das equipes técnicas da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória do Mearim. O próprio secretário de meio ambiente era formado em Geografia, pela UEMA. Na sua equipe, havia uma bióloga e um engenheiro ambiental. Na Secretaria de Agricultura, trabalhavam uma agrônoma e uma bióloga.

Quando voltei para Vitória do Mearim, considerei que poderia me manter aqui e utilizar todo o conhecimento obtido durante o período de faculdade para contribuir com o desenvolvimento do meu município. Mesmo não tendo muitas opções de emprego, a Prefeitura me deu esta oportunidade, como deu a todo esse grupo de jovens que trabalham nessas duas secretarias. Estando aqui, fico perto da família e posso ajudar a minha comunidade de origem (jovem de Vitória do Mearim, formado em Geografia, secretário de meio ambiente, de 28 anos, em 04 de abril de 2022).

No entanto esses jovens ainda duvidam se vão conseguir desenvolver suas profissões com um retorno econômico adequado, considerando que isso significa impactar a estrutura das unidades produtivas das famílias e propriedades - condição de difícil aceitação pelos mais velhos - ou encontrar um trabalho em um território onde a produção agropecuária não está inserida em uma cadeia produtiva agrícola com bons retornos econômicos.

Quando essa condição de alcançar a faculdade não se torna possível, os jovens podem retornar às comunidades e se juntar ao primeiro grupo (aqueles que não saem). Ou, também, podem engrossar as fileiras de um quarto grupo: os que vão para fora do estado.

Esse último grupo de jovens se destaca em relação aos três citados anteriormente. Trata-se do grupo que migra da área rural para trabalhar fora do estado. São jovens que têm mais de 18 anos e que passam por um processo aceito naturalmente nas comunidades, que é o de sair e nunca mais retornar ou de sair e voltar periodicamente.

Nas muitas entrevistas feitas, encontramos informações que apontavam a saída de oito em cada dez jovens acima dos 18 anos. Em Penalva, na comunidade Alto Bonito, um jovem, ainda sem a idade para viajar sozinho, em uma roda de conversa com treze jovens de idades diversas, entre os quais dez que já haviam saído para trabalhar em outro estado, considerou, juntamente com dois jovens, que preferiam permanecer na comunidade.

Estou só esperando completar 18 anos para sair como esses daí. Ainda não fui porque as pessoas que contratam não deixam ir com menos dessa idade. E mamãe diz que eu só posso ir quando tiver essa idade e tiver terminado o terceiro ano. Vou sair porque aqui não tem emprego, e a gente não tem como ganhar dinheiro de outra forma (jovem, morador de Alto Bonito, em Penalva, 17 anos, em 06 de abril de 2022).

Esse quarto grupo vai para lugares distantes do Maranhão. De acordo com informações obtidas em vinte comunidades pesquisadas nos municípios Matinha, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente de Férrer, Viana e Vitória do Mearim, o número de jovens representa cerca de 80% de todos os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos. De cada dez jovens que saem, oito fazem uma programação periódica em que seguem para um estado do sul ou sudeste passando o período da safra de trabalho em culturas do agronegócio, principalmente, laranja, maçã e cana-de-açúcar, quando participam da colheita feita manualmente. São contratados para um período em torno de quatro meses, podendo chegar a seis meses. Ao final do contrato, retornam ao Maranhão e às suas comunidades, voltando a fazer esse percurso no ano seguinte e estabelecendo um processo migratório pendular que perdura até quando esses jovens alcançam a idade adulta, por volta dos trinta anos, com sua própria família constituída.

Nos municípios de Vitória do Mearim, Penalva e São Bento, há agentes sociais que são responsáveis por organizar as viagens e a contratação dos

jovens para as empresas. Nas entrevistas com os jovens que já saíram, obteve-se a informação de que a viagem era plenamente organizada por esses agentes e que eles só precisavam se preocupar com a alimentação no trajeto.

Com as informações dos mais experientes que já fizeram a viagem, a gente só precisa falar com a pessoa que organiza e dizer que quer trabalhar. Então ele faz um cadastro, marca a data, e a gente se prepara para a viagem. Leva os documentos, as roupas e as coisas que a gente vai usar por lá. A viagem é tranquila: leva de três a quatro dias pra chegar em Santa Catarina. No caminho, a gente come o que levou ou compra algum lanche, pois tem que economizar. Quando chega na fazenda, eles colocam a gente num alojamento, nós deixamos a carteira para ser assinada e logo começa a trabalhar (jovem de Penalva, que já foi várias vezes apanhar maçã em Santa Catarina, de 27 anos, em 06 de abril de 2022).

Essa é uma condição que está na base das relações dessas comunidades rurais, pois todos os moradores entendem que, se os jovens não saírem para trabalhar fora, a renda das famílias não será suficiente para manter suas condições de vida.

A migração da juventude rural com esse formato vem sendo estudada desde a segunda metade do século passado no Maranhão. Quando a Revolução Verde se estabeleceu e as grandes fazendas passaram a precisar de mão de obra em etapas da produção ainda não industrializada, ou cujos custos da industrialização ainda não compensavam, foi nas áreas onde predominavam a agricultura familiar que essa mão de obra foi buscada. O trabalho de Camarano e Abramovay (1998), com base na migração entre as décadas de 1960 e 1980, já apontava que a maioria dos migrantes rurais era de jovens e do sexo feminino.

Para um casal recém-casado e com uma filha pequena, a solução para ter a estrutura da vida de casados foi colher laranjas no Paraná, conforme se constata no depoimento da esposa:

Conversamos bastante entre nós e com nossos pais e chegamos à conclusão de que só havia um jeito de construir nossa casa: era indo para a “panha da laranja”. Deixamos nossa filha com a mamãe e fomos juntos. O dinheiro que juntamos deu certinho para comprar a casa. Agora meu marido deu entrada em uma moto. Mas já estamos pensando que vamos ter que viajar novamente, para podermos comprar uns móveis e eletrodomésticos (jovem de Penalva, de 23 anos, em 07 de abril de 2022).

Os jovens que fazem esse processo migratório, quando estão na comunidade, acabam por se constituir em um grupo especial. Por causa do amadurecimento que passam em relação aos que permanecem e por não se sentirem mais completamente integrados às comunidades, não participam das atividades socioculturais na condição de organizadores, mas apenas no papel de colaboradores. As condições que vivenciaram com disponibilidades de tecnologias sociais e serviços que estão presentes nos centros mais avançados acabam por influenciar nas formas de se relacionar com as pessoas que não quiseram ou não puderam sair. Nas entrevistas com as lideranças das associações das comunidades pesquisadas, ficou caracterizado que não há nenhum desses jovens nas associações.

Um número bem grande de jovens, no entanto, faz uma migração definitiva. São jovens que ultrapassam os limites do território e do estado buscando novas alternativas de trabalho para não mais retornar às suas comunidades. Esses jovens acreditam que as condições de vida em um centro mais adiantado do Sudeste e Sul sejam melhores para morar, trabalhar e ter acesso a serviços públicos. Acontece com jovens que seguem para a colheita de frutas e decidem não mais retornar seguindo das fazendas para os centros urbanos e ficando por lá para trabalhar. Nesse caso, esses jovens passam a trabalhar na construção civil ou no setor de serviços.

Meu filho já saiu e já voltou, e eu não quero que ele saia mais. Não vi vantagem nenhuma com essa ida para trabalhar nessas fazendas. Estou arrumando alguma coisa pra ele fazer por aqui, pois ele pelo menos voltou para casa e não fez como outros jovens que não voltam mais decidindo morar no sul. Tem alguns jovens que não voltam, pois acham que por aqui eles não têm opção. Largam as fazendas e vão trabalhar nas cidades. Alguns se dão até bem, mas outros não melhoram, não. Até entram no tráfico e morrem por lá mesmo (vereador de São Bento, pai e tio de jovens que saíram do município, de 59 anos, em 08 de abril de 2022).

Mesmo sendo em menor quantidade, há outros caminhos que não seja o Sul e o Sudeste. Um morador de uma comunidade de Viana que havia muitos anos não vinha visitar a família participou da pesquisa. Trabalhava desde 2004 em uma empresa agropecuária no Pará fazendo colheita do dendê. Afirmou que, na sua comunidade e em todas as comunidades que ele conhecia, em Viana e Matinha, os jovens saíam porque não havia emprego nas comunidades. Ele, quando saiu, já tinha um emprego definido.

A gente sai porque não tem como ficar. Não tem emprego e só sobra a roça, que não dá pra gente viver. Então, onde aparecer oportunidade, a gente vai. No meu caso, fui para o Pará, onde trabalho com dendê. Meu padastro que me levou, pois já havia saído bem antes. Minha mãe também saiu, mas ela não ficou muito tempo. Aqui na comunidade, há colegas meus que foram para Goiás e para Alagoas. Aqui agora só venho para olhar minha mãe e o restante da família (jovem de Viana que foi trabalhar no Pará, de 28 anos, em 11 de abril de 2022).

A posição desse morador reafirma o abismo que separa os sonhos e as necessidades dos jovens e a realidade do território. Se, por um lado, esse território mantém, com muitas dificuldades, as condições ambientais relativamente preservadas, por outro, os serviços de responsabilidade do Estado ainda são absolutamente precários. No caso das áreas rurais, esses serviços são ainda mais distantes das populações, como é o caso do saneamento básico. Nos lugares mais distantes, faltam estradas, água encanada, internet... Falta estrutura de apoio para que a agricultura desenvolvida pelas famílias possa gerar uma renda satisfatória. Assim, sem alternativas adequadas para conviver com essa difícil realidade, a juventude é o grupo que não se permite permanecer nessas condições. Portanto os jovens preferem migrar para outros lugares onde a realidade seja mais favorável.

Para os moradores das comunidades rurais, as opções dos jovens seguem quase que uma tradição, pois há tempos pessoas com mais idade fizeram esse mesmo percurso, e alguns ainda seguem. As considerações feitas por moradores das comunidades pesquisadas e de lideranças das associações, sindicatos e colônias apontavam para a vantagem dessa saída ser fundamentalmente econômica. Mas foi possível identificar que alguns jovens que saem em busca do trabalho não conseguem alcançar os objetivos a que se propõem.

Existem famílias que já saíram todos os filhos. Nas comunidades de São Bento, se formos contar, não se vai encontrar nem metade dos moradores que nasceram. A minha comunidade mesmo tem poucos jovens, pois quase todos já foram embora. (morador de Palmeirândia, povoado Cruzeiro, de 62 anos, em 13 de abril de 2022).

Há casos de jovens que não conseguem encontrar bons caminhos e se tornam reféns das dificuldades impostas na convivência com os espaços urbanos. Alguns são cooptados pelo tráfico, outros não conseguem bons trabalhos e acabam na rua. As observações de quem vive nos municípios e conhece a situação dos jovens que não alcançaram os resultados favoráveis demonstram que o processo migratório tem faces bem distintas.

Não conseguimos acompanhar. Só ficamos sabendo quando o corpo chega aqui ou quando identificamos nos jornais ou na internet o jovem preso. Dizem que a maior parte dos presos de Pedrinhas são da Baixada. Muitos desses foram para São Paulo ou Rio de Janeiro, se envolvem com gangues e já chegam de volta como traficantes (vereador de São Bento, de 54 anos, em 12 de abril de 2022).

Não há como determinar que as possíveis opções para a juventude do território sejam boas. Ficar na comunidade ou no território e seguir para uma cidade maior para estudar ou sair em busca de trabalho em outra região são possibilidades que garantem a sobrevivência dos jovens de formas minimamente adequadas. Mas fica claro que o mais necessário é o investimento governamental no território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação da juventude rural do território Campos e Lagos tem vários caminhos que são percorridos sequencialmente ou de forma estanque. Essa juventude inclui uma variedade de grupos distintos. Cada grupo se relaciona, estrategicamente, com a agricultura familiar e a pesca artesanal estabelecidas historicamente no território Campos e Lagos no Estado do Maranhão. As mudanças que se deram nesse território, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, não promoveram melhoria nas vidas das populações locais, e foi a juventude um dos estratos sociais que mais sofreram esses impactos diversos.

Com a dificuldade de permanecer nas comunidades tradicionais com as condições produtivas estacionadas ou em queda, ficar ou sair tem sido uma difícil encruzilhada para os jovens manterem seus projetos de vida junto dos seus pais, ou longe deles em locais onde estudar e trabalhar seja mais fácil e em condições mais adequadas ao mundo atual. A encruzilhada recai ainda sobre a territorialidade já estabelecida e de lutar pela manutenção das condições ambientais dos Campos e Lagos e da cultura ancestral.

A criação dos fóruns de juventude teve por objetivo organizar os jovens por meio de processos de formação, tendo reforçado uma luta histórica iniciada por diversas organizações da sociedade civil. Os jovens que se envolvem com esses fóruns conseguem viver entre o campo e a cidade e alcançar alternativas viáveis para se manterem nas comunidades rurais.

A possibilidade de continuar os estudos e ingressar em uma faculdade é uma opção bastante interessante para os jovens que procuram encontrar

experiências acadêmicas para ter uma estabilidade financeira que os pais não possuem, podendo ou não retornar ao território.

A migração dos jovens para fora do território, como forma de garantir trabalho e renda, não rompe com as relações familiares nem desmonta os laços com seus grupos sociais, mas garante uma renda que potencializa a economia dessas comunidades e melhora as condições socioeconômicas das próprias famílias. Se essa migração é definitiva e leva os jovens para longe das suas comunidades, rompe-se a relação com o território e todas as suas características ambientais e culturais. Ao mesmo tempo, impede o jovem de expressar suas relações com o ambiente em que foi criado e que deveria garantir a sua histórica reprodução social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL, 1996. **Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996**. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971. Brasília, DF: [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1905.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, s. d. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies>. Acesso em: 10 set. 2022.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 45-65, 1998. Disponível em: ww.rebep.org.br/index.php/revista/article/download/404/pdf_380. Acesso em: 03 set. 2022.

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V. L. S. B. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos De Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 1, pp. 69-91, 2019.

CNBB. Grupos de jovens. **Pastoral da Juventude – CNBB**, São Paulo, s. d. Disponível em: <https://pj.org.br/quem-somos/grupos-de-base/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

COSTA NETO, J. P.; BARBIERI, R.; IBANEZ, M. S. R.; CAVALCANTE, P. R. S.; PIORSKI, N. M. **Limnologia de três ecossistemas aquáticos característicos da Baixada**. São Luís: DEOLI, 2022.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/9662-censodemografico-2010>. Acesso em: 29 ago. 2022.

KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MARANHÃO. **Decreto Nº 11.900, de 11 de junho de 1991**. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense [...]. São Luís: Governo do Estado, [1991]. Disponível em: <http://oads.org.br/leis/2192.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MEDEIROS, C. B. N. **Entre o rural e o urbano: relações socioambientais da AEIS e implicações na sua regulamentação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários da educação do futuro**. São Paulo. Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2006.

MUNIZ, L. M. A criação de búfalos na Baixada Maranhense: uma análise do desenvolvimentismo e suas implicações socioambientais. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3., 2007, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-7.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, I. P.; GONÇALVES, R. C. O protagonismo da juventude no território Campos e Lagos. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL DO REGIONAL NORDESTE*, 13., 2018, Juazeiro. *Anais [...]*. Juazeiro: UNIVASF, 2018. p. 247-256.

TÖNNIES, F. **Comunidad e sociedad**. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947.

TRIBUZI, B. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

VIVEIROS, J. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.

Submissão: 18/03/2023 • Aprovação: 13/09/2023